

PREGÃO ELETRÔNICO

90012/2024

CONTRATANTE (UASG)

170156

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA
9ª REGIÃO FISCAL

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de apoio administrativo para fiscalização de contratos com mão de obra de dedicação exclusiva no âmbito da SRRF09

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 696.600,00 (24 meses)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/09/2024 às 09 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

[Aberto e fechado]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	11
8. DOS RECURSOS	13
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	13
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	15
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12 /2024

(Processo Administrativo nº10905.720044/2024-03)

Torna-se público que a UNIÃO, por meio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, sediada na Rua Marechal Deodoro nº 555 – 10º andar – CEP.: 80.020-911 – CENTRO – Curitiba/PR, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço contínuo de apoio à fiscalização administrativa de contratos de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva no âmbito da SRRF09 conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.42.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.22.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.8.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,50 (cinquenta centavos)*.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro *poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento*.

5.21.1. *A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.*

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 3.5 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, devendo ser solicitados pelo correio eletrônico salic.pr@rfb.gov.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 2,5% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico: salic.pr@rfb.gov.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não suspendem** os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: salic.pr@rfb.gov.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.1.1. Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

11.11.1.2. Anexo II – Termo de Confidencialidade

11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

11.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços

11.11.4. ANEXO IV – Declaração de Ausência de Nepotismo

(assinatura digital)

MEIRE FUMICO FUJITA

Equipe de Apoio

Termo de Referência 8/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2024	170156-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 9A.RF /PR	MEIRE FUMICO FUJITA	23/08/2024 09:23 (v 17.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		10905720044202403

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços especializados de apoio a fiscalização administrativa dos contratos de prestação de serviços com cessão de mão de obra com dedicação exclusiva firmados no âmbito da SRRF09, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Catser	Unidade de medida	Quantidade mensal	Prazo	Valor Unitário (mensal)	Valor Global Máximo (24meses)
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo para fiscalização de contratos com cessão de mão de obra com dedicação exclusiva no âmbito da SRRF09.	13781	Análise por funcionário	1250	24 meses	R\$ 23,22	R\$ 696.600,00
VALOR MENSAL DA CONTRATAÇÃO							R\$ 29.025,00
TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO							R\$ 348.300,00
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (24 MESES)							R\$ 696.600,00

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. Antes da assinatura do contrato, a SRRF09 convocará representante da licitante vencedora para reunião inicial de apresentação do plano de implantação e definição do início da vigência contratual.

1.3.2. O serviço é enquadrado como **continuado** tendo em vista a necessidade permanente e contínua de a Administração manter o serviço de apoio à fiscalização administrativa para o correto acompanhamento dos contratos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. Descrição da solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Toda comunicação com a CONTRATADA se dará via correio eletrônico, ligação ou mensagem de texto, não haverá necessidade de adequação do ambiente, nem gastos com qualquer tipo de material ou recursos, além dos já existentes à disposição da SACON – Seção de Contratos da SRRF09.

Subcontratação:

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Do Sigilo e confidencialidade:

4.5. A CONTRATADA deve ter ciência de que:

4.5.1. Salvo estipulação ou manifestação em sentido contrário, qualquer informação prestada será considerada pela CONTRATADA como "Informação Confidencial" da SRRF09, incluindo qualquer informação do fornecedor sob custódia da SRRF09, bem como qualquer informação da própria Contratante;

4.5.2. Qualquer divulgação, oral ou eletrônica, também será considerada "Informação Confidencial", salvo manifestação expressa em contrário da SRRF09 quando da divulgação;

4.5.3. A SRRF09 se reserva o direito de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam estas informações;

4.5.4. As obrigações de confidencialidade estabelecidas nesta cláusula se estendem por TEMPO INDETERMINADO, independentemente da quebra de vínculo com a SRRF09 ou do fim da vigência deste instrumento e, ainda, apenas serão alteradas mediante autorização mútua, por escrito, assinada por ambas as partes.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 30 (trinta) dias da emissão da ordem de serviço; acordando-se o prazo para a instrução do contrato.

5.1.1.1. Será admitida a prorrogação do prazo previsto no subitem 5.1.1. desde que devidamente justificado;

5.1.1.2. O pedido de prorrogação do prazo previsto no subitem 5.1.1.1. deverá ser previamente autorizada pela equipe de fiscalização do contrato.

5.1.2. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.2.1. A CONTRATADA deverá executar o objeto contratado observado os seguintes fluxos e prazos:

5.1.2.1.1. A CONTRATADA deverá entregar o relatório completo, contemplando a análise de todas as verbas a que tem direito cada trabalhador, bem como, análise da regularidade de todos os descontos efetuados de todos os trabalhadores envolvidos na execução dos contratos de prestação de serviços com cessão de mão de obra com dedicação exclusiva no respectivo mês.

5.1.3.1.2. Os relatórios deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do envio da documentação pelas empresas prestadoras de serviço com mão de obra de dedicação exclusiva.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados de forma remota, podendo ser realizado através de plataforma digital, e-mails, ou aplicativos, desde que seja preservado o sigilo das informações relativas as empresas prestadoras de serviços e os de seus respectivos funcionários.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas previstas no Anexo I do Estudo Técnico Preliminar - Especificações dos Serviços, além dos seguintes:

5.3.1. A CONTRATADA deverá receber os documentos originais ou cópias destes relativos às obrigações trabalhistas e previdenciárias.

5.3.2. A CONTRATADA deverá informar ao Gestor do Contrato ou aos fiscais auxiliares, o não recebimento dos documentos mencionados. Para isso, deverá listar os documentos faltantes e enviar por e-mail ao Gestor ou aos fiscais dos respectivos contratos.

5.3.3. o controle será individualizado, por empregado, tanto dos titulares como dos substitutos que tenham exercido atividades no mês de referência.

5.3.4. O controle individualizado não será precarizado pelo fluxo derivado de admissões e/ou desligamentos de funcionários terceirizados (Rotatividade/Turnover), de forma que a prestação do serviço pela CONTRATADA deverá abarcar, no mês de referência, a verificação e a análise dos documentos referentes, tanto aos trabalhadores admitidos, quanto aos desligados/demitidos; visto não se configurar caso de alteração do número total de trabalhadores constante do contrato firmado.

5.3.5. Quando houver contratação de substitutos para férias e/ou outras situações, a CONTRATADA deverá efetuar a mesma análise que executa mensalmente para os efetivos do posto, gerando direito à remuneração pela análise extra.

5.3.6. A obrigação da Contratada em relação à execução dos serviços objeto do contrato a ser firmado dar-se-á a partir da data de assinatura do contrato entre a Contratada e a SRRF09, porém, se a Contratada detectar inconformidades anteriores, deverá comunicar ao gestor ou fiscal do contrato para a tomada de providências.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as características pormenorizadas em Tópicos Específicos do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8.1. Serão designados tantos fiscais quantos forem necessários ao atendimento da demanda na fiscalização dos contratos de mão de obra com dedicação exclusiva.

Fiscalização Técnica

6.9. Cada fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. Cada fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. Cada fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

Fiscalização Administrativa

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnicos, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. Cada fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, cada fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos a contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.4.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15(quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.12.1. o prazo de validade;
- 7.12.2. a data da emissão;
- 7.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.12.5. o valor a pagar; e
- 7.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice nacional de preços ao consumidor) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.26.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de **10 (dez) %** do valor total estimado da contratação.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

8.29.1. Sendo a CONTRATADA uma empresa contábil: o registro da CONTRATADA para atuar no âmbito desta contratação no Conselho Regional de Contabilidade do local onde o contador tenha seu domicílio profissional. Caso o registro do profissional seja de uma unidade da federação dos Estados do Paraná ou Santa Catarina, requerer-se-á a apresentação da comunicação do exercício profissional em outra jurisdição, conforme artigo 11 da Resolução nº 1.554, de 6 de dezembro de 2018, do Conselho Federal de Contabilidade.

8.29.2. Sendo a CONTRATADA uma empresa de Administração de Recursos Humanos: o registro da CONTRATADA para atuar no âmbito desta contratação no Conselho Regional de Administração do local onde o administrador tenha seu domicílio profissional.

8.29.3. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.30.1.1. Comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.30.1.2. Atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que presta ou tenha prestado mensalmente serviços de contabilidade da folha de pagamento de outras empresas que totalize no mínimo 500 empregados.

8.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 696.600,00

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 696.600,00 (seiscentos e noventa e seis mil e seiscentos reais), para o período de 24 (vinte e quatro) meses.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [00001/170156]

II) Fonte de Recursos: [1032000000];

III) Programa de Trabalho: [171552];

IV) Elemento de Despesa: [339039-05];

V) Plano Interno: [OUTRCUSTEIO];

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MEIRE FUMICO FUJITA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 23/08/2024 às 09:23:07.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudo Técnico Preliminar 66_2023.pdf (1.38 MB)
- Anexo II - Termo de Confidencialidade.pdf (109.41 KB)

Anexo I - Estudo Tecnico Preliminar 66_2023.pdf

Estudo Técnico Preliminar 66/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 10905720044202403

2. Descrição da necessidade

A Administração tem o poder-dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos, conforme disciplina o art.104 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

Art.104. O regime jurídico dos contratos instituídos por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

(...)

III - fiscalizar sua execução;

Assim, a **Administração** possui a obrigação de acompanhar todas as circunstâncias que envolvem a execução contratual, quais sejam, as disposições contratuais, técnicas e administrativas.

Para o desenvolvimento das atividades de fiscalização, deve ser mantida uma equipe ou profissional fiscalizador habilitado e com experiência técnica para acompanhamento e controle do objeto do contrato.

Confirmando isso, o **art. 117 da Lei nº 14.133/2021** estabelece expressamente que a atividade fiscalizatória deverá ser executada por "1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, **permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição**".

Complementarmente, o **parágrafo 1º** do mesmo artigo determina que esse **fiscal de contrato** "anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. "

Desse modo, verifica-se que o texto legal estabelece o dever de o fiscal acompanhar a execução contratual, prevendo atribuições do fiscal para que exerça sua função. Dentre as atribuições, além do registro das ocorrências contratuais, consta a atividade fundamental de determinação de medidas necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados.

A Regionalização da logística e dos processos de trabalho a ela relacionados trouxe novos paradigmas no que se refere ao porte, à complexidade e ao valor dos contratos, agora regionais. Considerando a alta complexidade dos contratos regionais, a falta de conhecimento técnico especializado nas matérias envolvidas, o reduzido número de servidores e o melhor aproveitamento de sua força de trabalho, faz-se necessário a presente contratação, com vistas a socorrer os fiscais administrativos da sobrecarga de trabalhos, possibilitando que eles possam atuar com mais acuidade e assertividade na condução/fiscalização administrativa das contratações, propriamente ditas.

A contratação pretendida considera os riscos de eventuais responsabilizações subsidiárias à Administração caso não prove que exerceu com o devido zelo a fiscalização do contrato.

Constantemente os Gestores dos contratos de terceirização de mão de obra desta SRRF09 expõem as dificuldades na fiscalização quanto aos aspectos administrativos desses contratos (cálculos previdenciários, trabalhistas e tributários).

Os principais aspectos identificados na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciários e tributários são:

1- complexidade dos cálculos trabalhistas, previdenciários e tributários;

2- tempo necessário para realizar a gestão dos contratos, com sobrecarga para os gestores;

3- falta de conhecimento e experiência necessária para verificação do cumprimento das obrigações previdenciárias, trabalhistas e tributárias dos contratos de serviços de natureza continuada com mão de obra alocada.

A realização de atividades críticas, como decisões, atestes, aplicação de penalidades, recebimento de serviços, por exemplo, não será transferida a particulares no bojo do contrato de apoio à fiscalização, o poder de tais atos continuará a cargo da Administração. Caberá à contratada subsidiar o fiscal de informações como relatórios, estudos, sugestões, etc.

O apoio técnico trará ganhos na qualidade geral da fiscalização dos contratos com mão de obra alocada, de natureza continuada, tendo por consequência a mitigação dos riscos de prejuízos à Administração com eventuais demandas trabalhistas, previdenciárias, tributárias pelos funcionários alocados nas contratações. Viabilizará a disponibilização imediata de documentação eventualmente requisitada em reclamações trabalhistas das quais a Administração é responsável subsidiária, garantindo mais segurança no atendimento às demandas judiciais e trabalhistas.

Nesse ponto, importa registrar, desde já, que, o que se propõe no presente Estudo Preliminar **não eximirá a Administração**, por meio do fiscal ou equipe de fiscalização designada para cada contrato, das atribuições mencionadas no parágrafo antecedente, uma vez que o que se objetiva é apenas o apoio/auxílio de uma empresa especializada e com expertise em aspectos técnicos específicos da fiscalização, relacionados a cálculos trabalhistas, previdenciários e tributários, dos contratos da SRRF09 que possuem em seu objeto a prestação de serviços com mão de obra alocada, ou seja, que envolvam a contratação de postos de trabalho.

Trata-se de contratação com baixa prioridade, por se tratar de apoio ao serviço que vem sendo executado pela demandante.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SACON-DIPOL-SRRF09	KARINA DO VALLE DALLEDONE KRACHINSKI

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de serviço de natureza **continuada**, já que visa atender necessidade permanente da SRRF09, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

A contratação pretendida se enquadra como serviço **comum**, e dar-se-á mediante a formalização de contrato entre a SRRF09 e a licitante vencedora, conforme minuta anexa ao edital.

Critérios de sustentabilidade:

Toda comunicação com a CONTRATADA se dará via correio eletrônico, ligação ou mensagem de texto, não haverá necessidade de adequação do ambiente, nem gastos com qualquer tipo de material ou recursos, além dos já existentes à disposição da SACON – Seção de Contratos da SRRF09.

Subcontratação:

É vedada a subcontratação total ou parcial, tendo em vista o acesso a informações pessoais de terceiros que devem ser objeto de tratamento sigiloso pela contratada.

Garantia da Contratação:

Não será exigida garantia uma vez que os serviços somente serão pagos após a sua devida prestação e também não haverá mão de obra com dedicação exclusiva.

Duração da contratação:

A fim de melhor avaliar a eficiência desta atividade a vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, podendo ser prorrogada por sucessivos e iguais períodos, mediante termos aditivos, até o limite decenal, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Requisitos da Contratação:

A licitante deverá cumprir os seguintes requisitos para que o serviço seja entregue de acordo com a necessidade levantada:

1. Auxiliar plenamente a gestão contratual na dimensão administrativa, relativa a análise documental de funcionários terceirizados;
2. Deve ser prestado por meios informatizados eficientes que atendam a demanda da gestão contratual de execução, vedados aqueles que dificultem ou atrasem o andamento das análises documentais ou a comunicação formal com a CONTRATANTE;

Nesse sentido, a CONTRATADA deverá:

- 2.1. Ter expertise em gestão de departamento pessoal e principalmente, com folhas de pagamento, informando, em seus pareceres, de forma clara e detalhada, as devidas orientações quanto a solicitações de esclarecimentos às empresas prestadoras de serviços fiscalizadas;
- 2.2. Estar ciente e atenta à vigência e eventuais alterações da legislação trabalhista, previdenciária, tributária e social;
- 2.3. Não prestar serviços de contabilidade para nenhuma das empresas contratadas pela SRRF09;
- 2.4. Manter sigilo dos dados a que terá acesso para fins de prestação do serviço.

A CONTRATADA deve ter ciência de que:

- a) Salvo estipulação ou manifestação em sentido contrário, qualquer informação prestada será considerada pela CONTRATADA como "Informação Confidencial" da SRRF09, incluindo qualquer informação do fornecedor sob custódia da SRRF09, bem como qualquer informação da própria Contratante;
 - b) Qualquer divulgação, oral ou eletrônica, também será considerada "Informação Confidencial", salvo manifestação expressa em contrário da SRRF09 quando da divulgação;
 - c) A SRRF09 se reserva o direito de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam estas informações;
 - d) As obrigações de confidencialidade estabelecidas nesta cláusula se estendem por TEMPO INDETERMINADO, independentemente da quebra de vínculo com a SRRF09 ou do fim da vigência deste instrumento e, ainda, apenas serão alteradas mediante autorização mútua, por escrito, assinada por ambas as partes.
5. Assumir responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas em seus relatórios/pareceres técnicos, conforme previsto no art. 7º, § 1º do Decreto nº 11.246/2022.
- 5.1. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE (art. 120, da Lei nº 14.133 de 01/04/2021).
- 5.2. Considerando a natureza do contrato e a especialização da CONTRATADA na execução dos serviços, fica desde logo estabelecido o direito de regresso por parte da CONTRATANTE, em razão de eventuais prejuízos que a Superintendência da Receita Federal tenha que suportar em razão da má execução do objeto deste contrato.

5. Levantamento de Mercado

Atualmente são os gestores de contratos que verificam a totalidade dos aspectos trabalhistas, previdenciários e tributários das empresas contratadas.

Os servidores lotados na SACION/SRRF09 realizam a fiscalização através de variadas rotinas que, dentre outras, compreendem diversos cálculos e análises documentais. É realizada a conferência da documentação trabalhista /previdenciária/tributária de todas as empresas e de todos os seus empregados.

Como relatado, a força de trabalho disponível para a execução das tarefas é insuficiente para exercer a fiscalização a contento, resultando em maior risco de erros de cálculo. A falta de expertise identificada nos gestores de contratos resulta em maior tempo e custo para execução da tarefa de conferência e gerenciamento dos contratos. A falta de agilidade por sua vez resulta no aumento da burocracia em contraponto à necessidade de manter o cumprimento de leis trabalhistas que necessitam de prazos a serem cumpridos.

Além do que, tarefas manuais repetitivas por longos períodos, podem causar uma falsa sensação de segurança e controle, abrindo espaço para erros causados pela falta de atenção e pelo "piloto automático". A maior margem de erro potencia a ocorrência de danos materiais (condenações subsidiárias) e imateriais (danos à imagem e credibilidade da Instituição).

No intuito de propor uma solução que possa prevenir possíveis riscos de demandas judiciais/trabalhistas, os quais podem envolver elevados valores e danos à imagem da Instituição, foi realizado o presente estudo.

Primeira solução: Contratação de serviços de treinamentos especializados em legislação trabalhista, previdenciária e tributária, para qualificar os gestores na conferência do cálculo e do recolhimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias das empresas prestadoras de serviço com alocação de mão de obra residente na SRRF09.

Entende-se que a capacitação dos servidores é opção que deve existir independentemente da contratação de apoio à fiscalização. Isso porque a fiscalização não deixará de ser uma responsabilidade do servidor que apenas contará com o apoio/assistência da empresa contratada.

A SRRF09 disponibiliza a qualificação contínua dos servidores que atuam como Gestores e Fiscais dos contratos, quer seja por meio de treinamento promovido por servidores com reconhecido conhecimento técnico quer seja por meio de profissionais contratados no mercado.

Segunda solução: Compra de software de recursos humanos com alimentação de dados com os documentos encaminhados pelas empresas terceirizadas contratadas. O software permite a emissão de relatórios com os cálculos de férias, remuneração, verbas rescisórias, benefícios, etc. No entanto, embora o software seja capaz de efetuar os cálculos necessários e informar as obrigações devidas aos prestadores, a sua funcionalidade não dispensa o tratamento e análise dos dados pelos servidores da SRRF09, nos mesmos moldes já executados. Mostrando-se, portanto, inviável no presente caso, necessitando manter a rotina existente de conferência e alimentação de dados.

Terceira solução: Contratação de empresa terceirizada com cessão de mão de obra com dedicação exclusiva para atuar nas dependências da SRRF09. Esta solução busca melhorar a eficiência dos fluxos dos processos a fim de cumprir prazos e tarefas da Contratante.

Essa foi a solução utilizada pelos seguintes órgãos públicos:

1 - TRT/24 em Campo Grande/MS:

a) Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de apoio administrativo, com cessão de mão de obra especializada em dedicação exclusiva, visando a verificação do controle e análise documental referente às contratações em andamento, futuras e encerradas, em cumprimento do manual de fiscalização dos contratos do TRT 24ª Região e demais normas correlatas em apoio às unidades administrativas nas dependências do TRT/24 em Campo Grande/MS.

b) Modalidade de licitação: Pregão.

c) Valor: R\$ 7.791,26. Unidade de medida: por posto (profissional de contabilidade)

2- TRT/10ª Região:

a) Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Assistente de Fiscalização de Contratos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em Brasília - DF, por meio de postos de trabalho.

b) Modalidade de licitação: Pregão.

c) Valor: R\$ 7.011,08. Unidade de medida: por posto: assistente de fiscalização de contratos- nível II.

Quarta solução: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de apoio administrativo, sem dedicação exclusiva, sem a presença de funcionários da empresa contratada nas dependências das unidades da SRRF09. A contratada recebe a documentação mensal das empresas prestadoras de serviços de mão de obra com dedicação exclusiva, efetua a conferência e emite relatório de conformidade ou não em relação aos cálculos trabalhistas, previdenciários e tributários referentes à folha de pagamento.

Esta forma de contratação foi adotada por outros órgãos públicos:

No âmbito da Secretaria da Receita Federal:

1. SRRF05:

a) Objeto: Prestação dos serviços de gestão de documentos e análise de risco de terceiros, bem como os serviços relativos ao programa de Análise Mensal e Mobilização de Trabalhadores, por intermédio do acesso exclusivo aos serviços do sistema ContractWeb da empresa Techvirtus.

b) Modalidade de licitação: Inexigibilidade de Licitação com fulcro no inciso II do artigo 25, combinado com o inciso II do artigo 13, ambos da Lei nº 8.666/93.

c) Valor: R\$ 8.000,00/mensais. Unidade de medida: por CNPJ/Contrato. Valor pago mensalmente por cada competência de contrato ativo no assessoramento, considerando amostragem de 25% dos colaboradores ativos na competência.

Contratações realizadas por outros órgãos públicos:

1. CNJ:

a) Objeto: Contratação de serviços, sob demanda, de apoio administrativo para fiscalização de contratos administrativos no âmbito do CNJ.

b) Modalidade de licitação: Pregão.

c) Valor unitário: R\$ 20,00. Unidade de medida: quantidade de trabalhadores que tiveram os cálculos e recolhimentos trabalhistas, previdenciários e tributários conferidos e atestados pela empresa contratada.

d) Natureza da Despesa: ND 33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

2. DNIT/AL:

a) Objeto: Contratação de empresa especializada nos serviços de apoio à fiscalização dos contratos de prestação de serviços com cessão de mão de obra do DNIT/AL, com verificação do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias por parte das empresas contratadas.

b) Modalidade de licitação: Dispensa de Licitação, fundamento inciso II, do art. 75 da lei nº 14.133/2021.

c) Valor: R\$ 37,00. Unidade de medida: análise por funcionário.

d) Catser: 13781 (consultoria técnica- documentação)

3. DNIT/AM:

a) Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria contábil, fiscal, previdenciária, e trabalhista para apoiar à fiscalização dos contratos administrativos com emprego de mão de obra exclusiva de prestação de serviços à Superintendência Regional do DNIT no Estado do Amapá.

b) Modalidade de licitação: Dispensa de Licitação, em razão do valor, Lei nº 14.133/2021.

c) Valor: unitário: R\$ 68,75. Unidade de medida: por funcionários analisado.

d) Natureza da Despesa: ND 339035-01 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA.

4. TRE/MG:

a) Objeto: Prestação de serviços de apoio à fiscalização dos contratos de prestação de serviços com cessão de mão de obra.

b) Modalidade de licitação: Pregão.

c) Valor unitário: R\$ 22,00 (por empregado) e R\$ 85,00 (por contrato).

5. Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Restinga:

a) Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de apoio administrativo para fiscalização de contratos - análise social, previdenciária e trabalhista de documentos.

b) Modalidade de licitação: Pregão.

c) Valor: R\$ 35,00 (unitário). Unidade de medida: nº estimado de funcionários terceirizados.

d) Catser: 13781 (consultoria técnica-documentação)

FORNECEDORES IDENTIFICADOS:

Foram identificados, dentre outros, os fornecedores que participaram do processo licitatório das contratações similares realizadas pela SRRF05, CNJ, TRT-10, TRT-24, DNIT/AM, DNIT/AL, TRE/MG e Instituto Federal do Rio Grande do Sul:

- PLM Consultoria e Auditoria - CNPJ: 32.681.701/0001-20;
- STAFF Auditora e Assessoria;
- Maciel Assessores S/S: CNPJ: 11.880.336/0001-02;
- GRT Auditoria de Terceiros Ltda - CNPJ: 26.852.688/0001-21;
- BRUNELLI Consultoria Comercio e Serviços - CNPJ: 28.047.867/0001-11.

6. Descrição da solução como um todo

Com base no levantamento das opções disponíveis e na pesquisa interna realizada juntamente com a demandante, percebe-se que a solução mais adequada é a de realizar a contratação de empresa para prestar serviço de apoio e auxílio aos aspectos técnicos específicos da fiscalização, relacionados a cálculos trabalhistas, previdenciários e tributários, dos contratos da SRRF09 que possuem em seu objeto a prestação de serviços com mão de obra alocada no órgão, tendo em vista que trará melhor qualidade na fiscalização dos contratos, em decorrência da especialidade e expertise no tema.

Cumprir enfatizar que a capacitação dos servidores deve ser feita independentemente da contratação de serviço de apoio à fiscalização, haja vista que a fiscalização continuará sendo responsabilidade do servidor, que apenas contará com o citado serviço para aperfeiçoamento do seu trabalho.

Além disso, o custo do serviço a ser pago à empresa contratada é menor que o valor proporcional que será pago ao gestor caso não haja o apoio e o auxílio de especialistas, considerando que continuarão sendo necessárias sucessivas verificações dos cálculos realizados, levando em conta que se trata de assunto delicado e específico. Assim, considerando a média dos salários dos gestores e o valor a ser pago à empresa contratada, resta claro a busca por parte desta SALIC pela economicidade e pelo ganho na qualidade da prestação do serviço, que resultará, inclusive, no aumento do conhecimento técnico dos gestores, ocasionado pelo apoio e auxílio, quando solicitado, de profissional especialista no assunto.

Como o serviço de suporte à fiscalização começa com o recebimento da documentação encaminhada pelas empresas contratadas pela SRRF09, não é possível estabelecer um cronograma preciso. É possível, entretanto, estabelecer prazos para a prestação do serviço. Portanto, como o prazo para a realização do ateste é de 5 dias após o recebimento da documentação, a empresa contratada terá 5 dias úteis, a contar do recebimento da documentação pela prestadora de serviço de com mão de obra com dedicação exclusiva, para realizar o serviço de conferência e ateste dos cálculos e retenções das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias da mão de obra residente na SRRF09, após o recebimento da documentação, para as análises com periodicidade mensal.

Ademais, a empresa deverá dar suporte à fiscalização do contrato, esclarecendo dúvidas sobre as matérias pertinentes, pormenorizadamente e com fundamentação legal.

A CONTRATADA deverá estar ciente e atenta à vigência e eventuais alterações da legislação trabalhista, previdenciária e social, assim compreendidas, por exemplo, as leis, os decretos, as medidas provisórias, as portarias, os regulamentos ministeriais, as súmulas, as orientações jurisprudenciais, as instruções normativas, os acórdãos e demais normativos aplicáveis, emanados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Tribunais de Contas e Órgãos de Controle e, adicionalmente à Instrução Normativa nº 5/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, à Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto nº 11.246/2022. E, ainda, os Acordos Individuais de Trabalho, os Acordos Coletivos de Trabalho e as Convenções Coletivas de Trabalho dos sindicatos representativos dos trabalhadores terceirizados que, em razão de contratos de prestação de serviço com cessão de mão de obra, prestem ou venham a prestar serviços a SRRF09. Vale ressaltar que o serviço aqui disposto será prestado sob demanda, ou seja, baseado no número de trabalhadores terceirizados alocado nas instituições no respectivo mês podendo variar mês a mês seja pela formalização, suspensão ou extinção contratual.

Os serviços serão prestados de forma remota, podendo ser realizado através de plataforma digital ou aplicativos, desde que preservado o sigilo das informações relativas as empresas prestadoras de serviços e os de seus respectivos funcionários.

A descrição detalhada do serviço consta do Anexo I deste Estudo Técnico Preliminar.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Atualmente a SRRF09 conta com 19 contratos de prestação de serviços com mão de obra de dedicação exclusiva que necessitam do serviço de verificação dos cálculos trabalhistas, previdenciários e tributários referentes à folha de pagamento.

Contratos vigentes:

1. CTT SRRF09 07/2023 – Operação de equipamentos RX tipo escâner móvel
2. CTT SRRF09 02/2022 – Apoio Administrativo Foz e Cascavel
3. CTT SRRF09 27/2021 – Apoio Administrativo PR Leste
4. CTT SRRF09 28/2021 – Apoio Administrativo SC
5. CTT SRRF09 22/2021 – Limpeza, Conservação e Controle de Pragas PR Leste
6. CTT SRRF09 04/2024 - Limpeza, Conservação, Controle de Pragas e Jardinagem – Foz e Cascavel
7. CTT SRRF09 03/2024 – Limpeza, Conservação, Controle de Pragas e Jardinagem – Aduanas (Foz do Iguaçu/Cascavel)
8. CTT SRRF09 24/2021 – Limpeza, Conservação, Controle de Pragas e Jardinagem – SC
9. CTT SRRF09 15/2021 – Manutenção Predial Preventiva e Corretiva – Curitiba/Ponta Grossa/Paranaguá
10. CTT SRRF09 16/2021 – Manutenção Predial Preventiva e Corretiva – Foz e Cascavel
11. CTT SRRF09 17/2021 – Manutenção Predial Preventiva e Corretiva – Londrina e Maringá
12. CTT SRRF09 18/2021 – Manutenção Predial Preventiva e Corretiva – Florianópolis
13. CTT SRRF09 19/2021 – Manutenção Predial Preventiva e Corretiva – Joinville e São Francisco do Sul
14. CTT SRRF09 20/2021 – Manutenção Predial Preventiva e Corretiva – Blumenau e Itajaí
15. CTT SRRF09 21/2021 – Manutenção Predial Preventiva e Corretiva – Joaçaba e Dionísio Cerqueira
16. CTT SRRF09 20/2024 – Vigilância Orgânica PR Leste
17. CTT SRRF09 21/2024 – Vigilância Orgânica Foz e Cascavel
18. CTT SRRF09 22/2024 – Vigilância Orgânica SC
19. CTT SRRF09 26/2024 - Manutenção e instalação CFTV Foz do Iguaçu/PR.

Tais contratos, alguns em via de substituição, contabilizam mensalmente entre 800 a 900 colaboradores. Há, ainda, demanda de ampliação do número de postos de apoio, notadamente na jurisdição de Foz do Iguaçu/PR, no intuito de atender à estrutura prevista para a nova ponte e de formalizar algumas atividades ainda não contempladas nos contratos vigentes, bem como, em unidades de atendimento/CACs, considerando o projeto APA da DIATE. Contabilizando as estratégias de acréscimo previstas para um futuro próximo, estima-se futura análise mensal de documentação relacionada a um intervalo entre 1000 e 1250 funcionários.

Além disso, há contratações de obras e serviços de engenharia para os quais existe a demanda de fiscalização administrativa, apesar de não serem serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

Conforme levantamento realizado pela SAENG pelo histórico do último ano, há uma estimativa de 10 a 12 iniciativas anuais, e contratos de no mínimo 5 funcionários e, no máximo 13 funcionários (ao mesmo tempo), que em função da especialidade, no decorrer da obra há constante substituição de pessoal em função da demanda. Há ainda a previsão de subcontratação de mão de obra nas referidas contratações.

Da análise das contratações semelhantes realizados por outros órgãos públicos, verificou-se que a unidade de medida: "**número de funcionários terceirizados analisados**", é a que melhor se alinha à contratação pretendida, visto que, não há uma uniformidade da quantidade de funcionários por contrato, devido à regionalização das contratações no âmbito da SRRF09 e a necessidade de ampliação e reestruturação dos contratos atuais vigentes.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 696.600,00

O valor unitário estimado da contratação é de R\$ 23,22, tendo como valor mensal estimado da contratação de R\$ 29.025,00 e para o período de 24 meses R\$ 696.600,00 .

A pesquisa de preços foi realizada conforme as diretrizes do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação - AGU, através da Nota Técnica, em anexo ao presente Estudo Técnico Preliminar.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A aquisição tem apenas um item, que é o serviço de apoio administrativo de conferência de cálculos trabalhistas, previdenciários e tributários, por isso, é de natureza indivisível.

O parcelamento da pretensa contratação foi considerado inviável, podendo levar a licitações com poucos fornecedores ou deserta, com consequente aumento dos valores contratados em comparação à compra conjunta da solução.

Consultamos as licitações relacionadas a seguir e constatamos que não é prática do mercado o parcelamento do objeto:

- . 1. Pregão nº 052/2022 - UASG 80016 – TRT 10ª Região;
- a. 2. Pregão nº 006/2023 - UASG 80026 – TRT 24 Região/MS;
- b. 3. Pregão nº 90003/2024 - UASG 70014 – TRE Minas Gerais
- c. 4. Pregão nº 90012/2024 – UASG 158141 – Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Restinga.

Conclui-se, portanto, que o parcelamento do objeto além ser inviável não proporcionaria vantagens econômicas ou operacionais à Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas, porém a prestação de serviços deste Estudo Técnico Preliminar é interdependente das contratações de mão de obra com dedicação exclusiva no âmbito da SRRF09.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação requerida alinha-se com o Planejamento Estratégico institucional - Mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil do ciclo 2024-2027.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O que se pretende, através desta contratação, é buscar apoio aos gestores responsáveis por cada um dos contratos, através da atividade de assessoria contábil - verificação e revisão documental, verificando a totalidade dos aspectos trabalhistas, previdenciários e tributários das empresas contratadas (cálculo do recolhimento das obrigações referentes à folha de pagamento das empresas prestadoras de serviço com alocação de mão de obra dedicada na jurisdição da SRRF09), acervando conforme acordado a documentação relacionada a cada um dos funcionários cujos serviços sejam tomados por nossas unidades.

Tal serviço, consolidado em relatórios mensais a serem recebidos/verificados/acompanhados e utilizados pelos gestores para a instrução de seus despachos e atestes, trará padronização e aprimoramento ao controle ora realizado. Viabilizará a disponibilização imediata de documentação eventualmente requisitada em reclamações trabalhistas às quais sejamos indicados como responsáveis subsidiários, garantindo maior segurança ao contratante e à União.

Reduzirá significativamente o tempo dispendido por servidores hoje designados como fiscais administrativos e gestores de contrato, possibilitando a redistribuição de sua força de trabalho para o aprimoramento das práticas de gestão e acompanhamento contratual, bem como eventualmente sua liberação para a atuação em atividades finalísticas do órgão.

O padrão estabelecido, aplicável a todas as empresas, facilitará a comunicação entre as partes dos contratos e retroalimentará os procedimentos de licitação na ocorrência das substituições contratuais. Acima de tudo, reduzirá as lacunas, os erros, os desvios que são usualmente identificados e garantirá maior segurança à parte mais frágil das relações trabalhistas, os prestadores de serviço.

Com a contratação pretende-se mitigar os riscos de descumprimento da legislação vigente que poderia resultar em prejuízos ao Erário e à prestação dos serviços terceirizados essenciais ao funcionamento da SRRF09.

13. Providências a serem Adotadas

Tendo em vista que não será utilizado o espaço físico do órgão, e que toda comunicação com a empresa a ser contratada se dará via correio eletrônico, ligação ou mensagem de texto, não há necessidade de adequação do ambiente. No entanto, haverá o processo de implantação de mudanças nas rotinas atualmente estabelecidas para o controle mensal dos contratos que envolvem mão de obra terceirizada.

Ao final da licitação, os fiscais dos contratos serão comunicados a respeito de todos os requisitos da contratação, de forma a estarem aptos para fiscalizar o contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base neste estudo, a Equipe de Planejamento considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MEIRE FUMICO FUJITA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/08/2024 às 10:00:33.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Especificacao dos Servicos.pdf (558.51 KB)
- Anexo II - Nota Técnica - Pesquisa de Preços.pdf (679.33 KB)

Anexo I - Especificacao dos Servicos.pdf

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de apoio administrativo à fiscalização de contratos de mão de obra com dedicação exclusiva no âmbito da SRRF09.
2. Para efeito desta contratação, serão utilizados os seguintes termos:
 - a) **Prestadoras de serviço DEMO:** refere-se às empresas com as quais a CONTRATANTE (SRRF09) possui contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra, que serão objeto do apoio à fiscalização previsto neste instrumento;
 - b) **Empregados, trabalhadores ou prestadores:** referem-se aos empregados vinculados aos contratos com cessão de mão de obra, mantidos entre as prestadoras de serviço DEMO e a CONTRATANTE;
 - c) **Contratada:** refere-se à empresa ora contratada, prestadora do serviço de apoio à fiscalização administrativa de contratos com cessão de mão de obra.
3. O apoio à fiscalização inclui os serviços mensais de verificação do cumprimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais das empresas com as quais a CONTRATANTE mantém contratos de prestação de serviços com cessão de mão de obra, bem como a emissão de relatórios mensais de apoio à fiscalização com os resultados da verificação.
4. Os relatórios serão produzidos mensalmente, e serão entregues, necessariamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da documentação encaminhada pela prestadora de serviço DEMO.
 - 4.1. O relatório deverá ser assinado por Contabilista devidamente registrado no órgão de classe.
 - 4.2. O relatório mensal deve contemplar a análise de documentos que porventura tenham ficado pendentes nos meses anteriores, na ocasião em que forem submetidos.
 - 4.3. No caso de a CONTRATADA detectar inconformidades anteriores, deverá comunicar ao gestor ou fiscal do contrato para a tomada de providências.
5. A CONTRATADA deverá estar ciente e atenta à vigência, a eventuais alterações da legislação trabalhista e previdenciária, assim compreendidas, por exemplo, as leis, os decretos, as medidas provisórias, as portarias e os regulamentos

ministeriais, as súmulas, as orientações jurisprudenciais, as instruções normativas, os acórdãos e demais normativos aplicáveis, emanados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Acordos Individuais e Coletivos de Trabalho, Convenções Coletivas de Trabalho dos Sindicatos representativos dos trabalhadores terceirizados que, em razão de contratos de prestação de serviços com cessão de mão de obra, prestem ou venham a prestar serviços à SRRF09.

6. Caberá à CONTRATADA a guarda desses documentos que deverão ser arquivados e mantidos à disposição para conferência da CONTRATANTE e das PRESTADORAS DE SERVIÇO DEMO durante a vigência do contrato, sendo disponibilizada a consulta/busca por CNPJ da empresa prestadora, pelo número do contrato firmado com a SRRF09 ou pelo número do CPF do funcionário.

6.1 Decorrido este prazo a documentação deverá ser entregue à SRRF09.

7. A obrigação da **CONTRATADA** em relação à execução dos serviços objeto do contrato dar-se-á a partir da data de início de vigência, prevista no instrumento de contrato, a ser firmado entre a CONTRATADA e a SRRF09.
8. A Contratada assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas.
9. A CONTRATADA firmará termo de compromisso de confidencialidade (Parágrafo 4º do art. 117 da Lei 14.133/2021).

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS NA FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS:

Início da prestação dos serviços:

No início desta contratação, ou no início de novo contrato de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra, ou ainda, na admissão de novos empregados, inclusive substitutos temporários, a análise, indicando ou não conformidade de todos os documentos necessários em um processo admissional, tais como:

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números de carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou tela do E-social equivalente.
- c) ASO (Atestado de Saúde Ocupacional).
- d) Contrato de trabalho.
- e) Comprovante de entrega de uniformes, EPIs e outros, quando for o caso.
- f) Opção pelo vale transporte.
- g) Termo de responsabilidade salário-família.
- h) Cumprimento das Normas regulamentadoras – NR's relacionadas à cada categoria profissional empregada pelas prestadoras de serviço DEMO (Exemplos: NR-10, NR-35, MOOP, etc.).
- i) Outros documentos de comprovação previstos em contrato.

Mensalmente:

Verificar mensalmente se os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais estão sendo cumpridos de forma correta, conforme legislação vigente e convenção coletiva de trabalho das respectivas categorias, fazendo todo cruzamento dos dados necessários para a confirmação da veracidade das informações lançadas nos documentos. Nesse item, devem ser analisados aspectos como:

- a) Análise da conformidade do cartão de ponto e cumprimento da jornada de trabalho, inclusive no período do intervalo intrajornada;
- b) Análise da folha de pagamento, se está de acordo com as horas registradas na folha ponto, verificando a conformidade da remuneração, quantitativo de horas extras realizadas e suas respectivas compensações e/ou a conformidade dos valores para pagamento das mesmas, dos descontos legais, encargos trabalhistas e respectivas bases de cálculo e ainda das rubricas a que tiver direito, de acordo com a especificidade da sua atividade e da sua jornada de trabalho; e, conseqüentemente com os valores lançados no E-social;
- c) Análise do comprovante de pagamento de salários: se foram encaminhados os contracheques de todos os empregados por nome

constante na folha de pagamento, se está devidamente datado e assinado, se o pagamento foi efetuado no prazo vigente da CCT.

Observação: se a comprovação for por meio de crédito em conta corrente do empregado, verificar se consta o número da conta, da agência do banco onde foi efetuado o crédito.

- d) Análise E-Social/DCTF-WEB: verificando a conformidade dos cálculos conforme folha de pagamento e a verificação das informações constantes no documento, como por exemplo os códigos informados;
- e) Análise DARF, verificando a conformidade dos cálculos conforme folha de pagamento e confrontando com os valores informados no E-Social/DCTF-web;
- f) Análise FGTS, verificando a conformidade dos cálculos conforme folha de pagamento e confrontando com os valores informados no FGTS Digital ou equivalente;
- g) Vale alimentação;
- h) Vale transporte;
- i) Análise da conformidade dos benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho de cada categoria e os oferecidos pelas empresas;
- j) Outros documentos de comprovação previstos em contrato.

Análise periódica:

De acordo com a sua ocorrência, devem ser verificados ainda, os seguintes itens:

- a) Análise da conformidade da escala de férias;
- b) Análise da conformidade do aviso prévio de férias;
- c) Análise da conformidade do cálculo de férias, abono de férias e encargos incidentes sobre os mesmos;
- d) Verificação do prazo e conformidade do pagamento de férias;
- e) Análise da documentação trabalhista admissional do funcionário substituto;
- f) Análise da conformidade do cálculo referente aos pagamentos de benefícios, salário, encargos e rescisão do funcionário substituto;
- g) Análise da conformidade do cálculo de 13º salário e encargos incidentes sobre os mesmos;
- h) Verificação do prazo e conformidade do pagamento de 13º salário e seus encargos;
- i) Análise da comprovação de entrega de uniformes de acordo com a periodicidade do contrato, inclusive para os eventuais;
- j) Análise da conformidade do Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- k) Análise da conformidade do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR;
- l) Análise de conformidade do Laudo Técnico Pericial de Insalubridade e Periculosidade - conforme previsão contratual, se houver;
- m) Análise dos pedidos de liberação de valores retidos em conta vinculada bloqueada para movimentação, bem como de seus documentos anexos.

Encerramento/Rescisão do Contrato:

No desligamento do funcionário, seja por solicitação de substituição, seja por finalização do contrato, a empresa deverá analisar, além dos itens mensais relacionados acima, os documentos legais demissionais, sejam eles:

- a) Análise da conformidade da notificação de aviso prévio;
- b) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho devidamente assinado pelas partes e homologado pelo sindicato da categoria (quando exigido) e autoridade local do MTE (para contratos de trabalho de mais de 1 ano) OU declaração e comprovante de alocação do funcionário – quando não demitido – em outro contrato/posto de trabalho;
- c) Análise da conformidade da rescisão contratual, dos cálculos rescisórios e seus respectivos pagamentos;
- d) Análise do atestado de saúde ocupacional para fins de rescisão;
- e) Análise da carteira de trabalho com as anotações de demissão (ou tela equivalente do E-social);
- f) Análise dos documentos para encaminhamento ao seguro desemprego;
- g) Análise de conformidade das informações registradas no E-Social/DCTF-web;
- h) Cotejo da folha de pagamento específica com as informações constantes à folha ponto;
- i) Cotejo do Comprovante do Vale alimentação e do Vale transporte com as informações constantes à folha ponto;
- j) Análise dos cartões ponto (correto preenchimento, se estão datados e assinados pelos colaboradores, seja digitalmente ou manualmente);
- k) Guia de recolhimento do FGTS, referente à rescisão do contrato de trabalho, se for o caso;
- l) Extrato do FGTS para fins rescisórios, demonstrando os depósitos e saques (quando for o caso) efetuados na conta individual do empregado dispensado;
- m) Análise de conformidade dos cálculos e pagamentos das guias de recolhimento rescisório do FGTS e das contribuições previdenciárias;
- n) Para funcionários não demitidos: comprovante/termo de comprometimento de quitação de férias e 13º salários referentes aos últimos 12 meses de prestação do serviço;
- o) Análise dos pedidos de liberação de valores retidos em conta vinculada bloqueada para movimentação, bem como de seus documentos anexos.

Os documentos citados acima constituem um rol **exemplificativo**, podendo ser acrescido outros, **desde que** relacionadas ao objeto contratual.

Sempre que julgar necessário, a Contratada poderá sugerir a solicitação de outros documentos para completar a adequada e correta fiscalização.

Serviços complementares:

- a) Dar suporte à gestão/fiscalização do contrato nas dúvidas pertinentes às matérias, explicando pormenorizadamente e com fundamentação legal.
- b) A qualquer momento a SRRF09 poderá solicitar que o técnico responsável da CONTRATADA participe, juntamente com o preposto, de reunião por videoconferência para esclarecimentos específicos relacionados aos serviços prestados e/ou auxiliar os gestores/fiscais a respeito da fiscalização trabalhista, inclusive com relação a aplicação dos cálculos efetuados, solicitando-se a apresentação da correspondente memória de cálculo.

Observação: os esclarecimentos a que se refere o item anterior podem ser solicitados primeiramente por mensagem eletrônica, e se a SRRF09 entender que a explicação fornecida é suficiente, dará por encerrada a respectiva consulta.

Anexo II - Nota Técnica - Pesquisa de Preços.pdf

Processo:	10905.720044/2024-03
Interessado:	SRRF09
Assunto:	Contratação de serviços especializados de apoio a fiscalização administrativa dos contratos de prestação de serviços com cessão de mão de obra com dedicação exclusiva firmados no âmbito da SRRF09.

NOTA TÉCNICA - PESQUISA DE PREÇOS

1- OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

- 1.1. O objeto da presente contratação é o serviço continuado de apoio à fiscalização administrativa dos contratos de prestação de serviços com cessão de mão de obra no âmbito da SRRF09, com verificação do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais, sociais e previdenciárias por parte das empresas contratadas.

2- FONTES CONSULTADAS:

- 2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos incisos I, II e IV do artigo 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

(...)

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

[...]

IV – pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

[...]

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente. (Destacamos).

- 2.2. Foram priorizadas as pesquisas de preços obtidas utilizando-se os parâmetros definidos nos incisos I e II, § 1º, art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, com as seguintes observações:
- 2.3. Na pesquisa realizada nos sistemas oficiais de governo (Painel de Preços e Banco de Preços), Catser: 13781 – consultoria técnica, dos 50 resultados obtidos, somente 03 se referiam ao objeto que se pretende contratar, uma vez que este item diz respeito a serviços demasiadamente específicos de contratação e suas particularidades não permitem uma pesquisa de preços padronizada.
- 2.4. Em relação à pesquisa dos preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública (fl.248), nos termos do artigo 5º, § 3º, foi desconsiderado o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, por ser este demasiadamente alto em relação aos demais valores obtidos através de pesquisa direta junto a fornecedores.
- 2.5. Na consulta direta com fornecedores, foram enviadas comunicações às seguintes empresas:

Apoio Administrativo para fiscalização de contratos que envolvam mão de obra com dedicação exclusiva:		
FORNECEDORES	Apresentou resposta?	Justificativa para escolha
GRT Auditoria de Terceiros Ltda – CNPJ: 26.852.688/0001-21	SIM	Atende as especificações exigidas para a contratação.
Escritório Contábil Hiratomi – CNPJ: 78.194.644/0001-55	SIM	Atende as especificações exigidas para a contratação.
Gruber Contabilidade – CNPJ: 04.251.951/0001-94	Não	Alegou impossibilidade de atendimento à demanda.
Fortcon – CNPJ: 03.582.880/0001-40	Não	Não respondeu.
PLM Auditoria e Consultoria Ltda - CNPJ: 32.681.701/0001-20	SIM	Atende as especificações exigidas para a contratação.
Staff Auditoria & Assessoria – CNPJ: 07.791.963/0111-08	SIM	Atende as especificações exigidas para a contratação
Inova Auditoria e Consultoria Empresarial Ltda – CNPJ: 32.142.693/0001-43	Não	Não respondeu.
Maciel Consultores S/S – CNPJ: 10.757.529/0001-08	Não	Não respondeu.

- 2.6. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

3– METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO:

- 3.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base na mediana correspondente nos sistemas oficiais de governo (painel de preços), em razão de estarem próximos aos preços médios coletados junto a fornecedores, obtidos diretamente.

4. MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO:

4.1. O preço estimado da contratação de apoio à fiscalização dos contratos de prestação de serviços com cessão de mão de obra no âmbito da SRRF09, é R\$ 696.600,00 (seiscentos e noventa e seis mil, seiscentos e sessenta reais), conforme memória de cálculo abaixo:

[illegible]

4.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

5- IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

5.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: MEIRE FUMICO FUJITA, matrícula nº 57.659.

www.italica.it/autorita
MIRE FUMICO FILATA
 a conferenza stampa sarà organizzata il 20 settembre 2013 presso l'aula magna
 dell'Università Ca' Foscari di Venezia (Italy) 

(Datado e assinado digitalmente)
MEIRE FUMICO FUJITA
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil

Anexo II - Termo de Confidencialidade.pdf



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Considerando a possibilidade ou necessidade de acesso a dados e informações de acesso restrito, sob guarda da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB, em decorrência da efetiva prestação dos serviços contratados, inclusive o desenvolvimento, execução e entrega de ações, projetos, programas e produtos, ou, ainda, em decorrência de eventos acidentais,

o (a) [REDAZIDO] (nome da pessoa física) [REDAZIDO], [REDAZIDO] (cargo na empresa) [REDAZIDO], CPF nº [REDAZIDO], prestador de serviços da Empresa [REDAZIDO] (denominação da empresa) [REDAZIDO], CNPJ nº [REDAZIDO], com sede na [REDAZIDO] (endereço completo) [REDAZIDO], doravante denominado PRESTADOR, compromete-se a observar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, doravante denominado TERMO, que regulamenta suas RESPONSABILIDADES e o COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DA CONFIDENCIALIDADE DE DADOS E INFORMAÇÕES AOS QUAIS TENHA ACESSO, firmado perante a União, por meio da RFB, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para fins do disposto neste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Confidencialidade: propriedade pela qual se assegura que a informação não esteja disponível ou não seja revelada à pessoa, ao sistema, ao órgão ou à entidade não autorizados nem credenciados.

Dados: valores que transmitem informações, descrevendo quantidades, qualidades, fatos, estatísticas ou outras unidades básicas de significado, ou simplesmente sequências de símbolos que podem ser posteriormente interpretados.

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

Informação de acesso restrito: as informações:

I - classificadas como ultrassecretas, secreta ou reservadas, na forma prevista na [Lei nº 12.527/2011](#) (Lei de Acesso à Informação);

II - definidas como pessoais, nos termos da [Lei nº 13.709/2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e controladas pela RFB;

III - protegidas por sigilo fiscal, conforme previsto no [art. 198 da Lei nº 5.172/1966](#) (Código Tributário Nacional - CTN);

IV - previstas nas demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça e nas hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público; e

V - estratégicas, táticas, técnicas ou comerciais, vinculadas ou não ao objeto



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL

do serviço, das quais o sujeito venha a ter conhecimento, diretamente ou por terceiros, em razão do exercício de cargo, função ou emprego público ou da prestação de serviços, compreendendo, mas a eles não se limitando, o know-how, as especificações, os códigos-fonte, os relatórios, as compilações, as fórmulas, os desenhos, os modelos e as amostras.

DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO:

I - o compromisso do PRESTADOR com o tratamento aplicável aos dados e às informações de acesso restrito por ele recebidas no exercício das atribuições previstas no contrato de prestação de serviços ou, ainda, de forma accidental, bem como com a observância das normas de segurança da informação e privacidade; e

II - a declaração expressa de que o PRESTADOR conhece as regras relativas ao sigilo dos dados e informações sob a guarda da RFB e das respectivas penalidades administrativas, civis e penais aplicáveis em caso de sua inobservância.

Este TERMO abrange todos os dados e informações, escritos, gravados ou verbalizados, por qualquer meio, tangíveis ou intangíveis, aos quais, diretamente ou por terceiros, o PRESTADOR venha a ter acesso, ou deles venha a ter conhecimento ou que lhe venham a ser confiados.

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às informações que, comprovadamente:

I - pertençam ao domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão de quem as detém; e

II - tenham sido recebidas de terceiros, estranhos ao objeto da atividade ou serviço, e que não sejam consideradas de acesso restrito.

Aplica-se a este TERMO a legislação relativa ao acesso à informação e à proteção de dados, considerando a necessidade eventual de acesso, processamento e tratamento de dados pessoais em nome da RFB.

DA NATUREZA

Este TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, e prevalece sobre quaisquer outros atos que contenham disposições contrárias a suas cláusulas.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

O PRESTADOR compromete-se a:

I - não disponibilizar ou revelar dados e informações de acesso restrito a terceiros, exceto: (i) por determinação judicial; (ii) a pessoas previamente autorizadas e signatárias



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL

de termo de confidencialidade; ou (iii) se expressamente autorizados por autoridade competente da RFB.

II - utilizar dados e informações de acesso restrito a que tiver acesso exclusivamente para as finalidades relacionadas à prestação de serviços à RFB.

III - tomar todas as medidas necessárias para prevenir e impedir a disponibilização ou revelação de dados e informações de acesso restrito a pessoas não autorizadas, bem como o extravio de quaisquer documentos que os contenham, devendo comunicar imediatamente a ocorrência de incidentes dessa natureza à autoridade competente da RFB, sem qualquer exclusão de sua responsabilidade.

IV - comunicar à autoridade competente da RFB, de forma expressa e imediata, o recebimento de ordem judicial ou administrativa que determine o fornecimento de dados ou informações de acesso restrito, antes de seu atendimento.

V - permanecer como fiel depositário dos dados e informações de acesso restrito objeto do presente TERMO.

VI - retornar imediatamente à autoridade competente da RFB os dados e informações em sua posse, bem como as cópias eventualmente existentes, quando requeridos.

VII - observar a Política de Segurança da Informação no âmbito da RFB, estabelecida pela Portaria SRF n.º 450, de 28 de abril de 2004, e demais normas relativas à segurança da informação, à privacidade e ao compartilhamento de dados.

VIII - não revelar ações, projetos, programas, produtos e soluções da RFB, nem falar em nome dela, em qualquer meio de comunicação, sem prévia autorização legal ou expressa da RFB.

IX - não ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais referentes aos artefatos e produtos decorrentes da prestação de serviço, incluindo códigos, documentação, modelos de dados e bases de dados.

DAS PENALIDADES

O uso ou disponibilização indevidos ou a revelação não autorizada de dados e informações protegidos por sigilo sujeitam o PRESTADOR à responsabilização pessoal, nos termos da legislação administrativa, civil e penal.

DA VIGÊNCIA

Este TERMO permanecerá em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado após o encerramento da prestação de serviços à RFB, resguardando-se, por prazo indeterminado, as obrigações de confidencialidade sobre os dados e informações de acesso restrito a que o PRESTADOR teve acesso.

DO FORO

Fica elegido o foro de Brasília - DF, onde está localizada a sede da RFB, para dirimir



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL

quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro.

ASSINATURAS

Por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO é assinado por:

_____/____, ____ de ____ de 2024

Identificação da Contratada
Nome do representante
Cargo ou função

Nome do prestador de serviços

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS – LICITAÇÃO



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DA 9ª RF

(Processo Administrativo nº [REDAZIDO] /2024)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [REDAZIDO] /2024, QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL E
[REDAZIDO]

A União por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, com sede na Rua Marechal Deodoro, 555 - Centro, na cidade de Curitiba/Estado: Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.460/0135-53, neste ato representada pelo Chefe da Divisão de Programação e Logística, [REDAZIDO] (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº [REDAZIDO], de [REDAZIDO] de [REDAZIDO] de 20[REDAZIDO], publicada no *DOU* de [REDAZIDO] de [REDAZIDO] de [REDAZIDO] portador da Matrícula Funcional nº [REDAZIDO], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **90012/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de apoio administrativo à fiscalização dos contratos de prestação de serviços com cessão de mão de obra com dedicação exclusiva firmados no âmbito da SRRF09, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	Prazo	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo para fiscalização de contratos com cessão de mão de obra com dedicação exclusiva	13781	Análise por funcionário	1.250	24 meses		
VALOR MENSAL DA CONTRATAÇÃO							
TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO							
TOTAL GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (24 MESES)							

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Termo de Confidencialidade;
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, de / / a / / , prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor unitário da contratação é de R\$ (.....) a ser pago por funcionário terceirizado analisado, perfazendo o valor mensal estimado de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.10.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios

demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7.1. A CONTRATADA assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

9.7.2. A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Não ser prestador de outro serviço a esta mesma CONTRATANTE, ou com administrador/sócios em comum, para o pleno atendimento do disposto no artigo 31 da IN SEGES/MP nº 05/2017.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 15% (quinze por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 25% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 15% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 25% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.1.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:00001/170156
- II. Fonte de Recursos: 1032000000
- III. Programa de Trabalho:171552
- IV. Elemento de Despesa: 339039-05
- V. Plano Interno: OUTRCUSTEIO
- VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Curitiba, Seção Judiciária do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

ANEXO III - PROPOSTA DE PREÇOS

_____, (nome da licitante) _____, CNPJ nº _____, com sede na _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, para os fins de participação no **Pregão Eletrônico**, apresenta a seguinte proposta de preços:

Item	Descrição	Unid. de Medida	Quant./ Mensal	Valor unitário R\$	Valor de Total R\$ (24 meses)
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo para fiscalização de contratos com cessão de mão de obra com dedicação exclusiva no âmbito da SRRF09.	Funcionário analisado	1250		
VALOR MENSAL DA CONTRATAÇÃO					
TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO					
TOTAL GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (24 MESES)					

Prazo de Validade da Proposta: 60 dias (Sessenta dias) da data de apresentação da proposta. Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços e encargos sociais.

_____, _____ de _____ de 2024

Assinatura do representante legal

Edital - Pregão Eletrônico SRRF09 nº 90012/2024

ANEXO IV– Declaração de Ausência de Nepotismo - Licitante

A empresa [REDACTED] (nome da licitante) [REDACTED], CNPJ nº [REDACTED], com sede na [REDACTED] (endereço completo) [REDACTED], por intermédio de seu representante legal, Sr(a). [REDACTED] (nome do representante) [REDACTED], portador(a) da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED] e CPF nº [REDACTED], para os fins de classificação de sua proposta no Pregão Eletrônico SRRF09 nº [REDACTED]/2024, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, e no inciso IV do artigo 5º da Portaria ME nº 1.144, de 03/02/2021, DECLARA que não possui relação familiar ou de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com agente público da Contratante que importe na prática de nepotismo.

Entende-se por agente público a pessoa natural que exerce cargo em comissão ou função de confiança na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal ou suas Unidades Jurisdicionadas, localizadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

DECLARO estar ciente das cominações legais (penais) as quais estou sujeito caso as informações prestadas nesta declaração não sejam verdadeiras.

[REDACTED] / [REDACTED], [REDACTED] de [REDACTED] de 2024

Assinatura do representante legal

Observação: Esta declaração deverá ser anexada juntamente com os documentos de proposta.